



ATA NRO. 8/2026

Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Realizada no dia 22-04-2026

PRESIDENTE - Pedro Manuel dos Santos Rosa

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

-

- Miguel Afonso Catalão Alves

- Joana Marcos Barroso Ramos

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Sardoal, reuniu a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Pedro Manuel dos Santos Rosa, estando igualmente presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque, Miguel Afonso Catalão Alves e Joana Marcos Barroso Ramos. -----

O Senhor Vice-Presidente não esteve presente na reunião. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram quinze horas, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 25º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem: -----

Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro)

O Senhor Presidente iniciou a reunião justificando a ausência do Senhor Vice-Presidente, que se encontrava em representação do município numa reunião intermunicipal na Figueira da Foz, no âmbito de trabalhos relacionados com fundos comunitários, designadamente o PRR e o Portugal 2030. O Presidente destacou ainda a importância desses encontros institucionais, que envolveram entidades como a CCDR e o IHRU, sublinhando o seu carácter técnico e colaborativo. -----

Fez um balanço muito positivo da Feira do Fumeiro, Vinho e Pão, evidenciando a forte adesão de visitantes, produtores e associações locais, bem como o impacto económico estimado em cerca de 50 mil euros. O evento foi valorizado não apenas como espaço de comércio, mas também de experiência cultural e social, incluindo workshops, provas e atividades desportivas. Manifestou o seu agradecimento a todos os envolvidos, com especial destaque para os funcionários municipais, cujo trabalho, muitas vezes invisível, foi considerado essencial para o sucesso da iniciativa. -----

O Senhor Presidente também assinalou outras iniciativas relevantes, como o almoço solidário promovido pelo Rotary Club de Abrantes, destinado a apoiar a recuperação de uma habitação, e uma presidência aberta promovida pela Presidência da República Portuguesa na Marinha Grande, onde se discutiram impactos recentes e medidas de apoio, num ambiente de cooperação institucional. -----

O Senhor Presidente aproveitou ainda para divulgar o programa comemorativo do 25 de Abril, detalhando as diversas atividades previstas, desde cerimónias oficiais a eventos culturais e desportivos, reforçando a importância simbólica da data no contexto atual. ----

A Senhora Vereadora Joana Ramos destacou iniciativas culturais recentes, como a comemoração do Dia Nacional dos Moinhos, apesar das condições climatéricas adversas, e a realização de uma mostra de curtas-metragens em parceria com associações locais. Referiu ainda a celebração do Dia Mundial do Livro, com a exibição de um filme no Centro Cultural, incentivando à participação da população. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque associou-se aos agradecimentos aos funcionários municipais e felicitou o executivo pela realização da feira, sublinhando a sua relevância para a promoção dos produtos locais. Destacou igualmente a aquisição de novos equipamentos, como uma retroescavadora, considerada essencial, e elogiou a dinamização de eventos culturais e comunitários. -----

Apresentou ainda uma proposta para a valorização de espaços da zona histórica, nomeadamente o edifício da antiga cadeia, sugerindo a sua dinamização cultural como forma de revitalização urbana. -----

Em resposta, o Senhor Presidente reconheceu o potencial do referido edifício, referindo que já existe a intenção de o requalificar e de lhe atribuir uma função cultural, eventualmente ligada à figura de Gil Vicente, embora condicionado pela disponibilidade de financiamento comunitário. Manifestou abertura para desenvolver parcerias que permitam dar nova vida ao espaço. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Miguel Alves levantando questões relacionadas com a segurança e funcionamento de serviços, nomeadamente quanto às condições de segurança da comunidade escolar, na sequência de uma situação de agressão ocorrida em contexto escolar. Alertou para o risco associado a luminárias elevadas junto ao Centro Cultural, após um acidente com uma munícipe, bem como para a necessidade de reforço da vigilância no âmbito do programa Escola Segura. Criticou ainda a demora na comunicação de um episódio de mau tempo ocorrido a 10 de abril, sublinhando a importância da prevenção por parte da proteção civil. -----

O Senhor Presidente respondeu a estas preocupações, assegurando que os procedimentos serão verificados e, se necessário, corrigidos, e clarificando que o incidente com um jovem não ocorreu em contexto escolar, estando a ser acompanhado pelas autoridades competentes. Relativamente ao acidente com a munícipe, lamentou o sucedido, explicando que as luminárias estavam conformes à legislação à data da sua

instalação, e reforçou a importância de seguir os protocolos de emergência em situações semelhantes. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. **Ata da Reunião anterior;**
2. **Diário da Tesouraria;**
3. **Cedência instalações; 3888 4520**
4. **Cedência de transportes; 4106 4470 4538**
5. **Isenção de taxas; 4105**
6. **Pedido de apoio; 4542**
7. **Donativo; 4365**
8. **Orçamento Participativo de Sardeal 2026 - 7ª Edição; 4440**
9. **Apoio a associações no âmbito das atividades da Semana Santa – 2026; 5613**
10. **Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação - Exercício de 2025 – Aprovação;**
11. **Proposta da Conta Gerência do ano de 2025;**

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após confirmação de que todos os membros da Câmara tinham tomado conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a leitura, nos termos do artigo quarto do Decreto - Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

Foi presente o diário da tesouraria respeitante ao dia 13 de abril de 2026, cujos valores são os seguintes: -----

- | | |
|-----------------------------------|--------------|
| a) Dotações Orçamentais | 777 980,38 € |
| b) Dotações não Orçamentais | 119 974,28€ |
| Total das Disponibilidades | 897 954,66 € |

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. CEDÊNCIA INSTALAÇÕES;

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE SARDOAL

- Centro Cultural Gil Vicente – 27 de junho - apresentação das turmas de danças - final do ano letivo; -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

PSD – SECÇÃO DE SARDOAL

Sala Multiusos do CCGV, dia 30 de maio. -----

Solicita ainda isenção das taxas de utilização devidas. -----

O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Joana Ramos não participaram na votação deste assunto. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

4. CEDÊNCIA DE TRANSPORTES; 4106 4470 4538

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SARDOAL

20 de abril – Lisboa. -----

14 de maio – transporte dos alunos do JI Presa à sede do Agrupamento de Escolas de Sardoal. -----

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ANDREUS

07 de junho – Barragem de Montargil. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir os pedidos.

5. ISENÇÃO DE TAXAS;

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA PRESA – Celebração do 50º aniversário – 16 de maio.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

6. PEDIDO DE APOIO;

CENTRO DE DIA DE ALCARAVELA

Solicita o apoio do Município, para a possibilidade de ser ministrada pelos Bombeiros Municipais uma sessão de formação em autoproteção, de cerca de 2h, em duas sessões de igual conteúdo. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

7. DONATIVO;

Pela empresa BUIJNINK INTERNACIONAL UNIPESSOAL Lda, foi apresentada uma comunicação relativa a um donativo de 50 latas de tinta branca de exterior, destinadas à pintura do quartel dos Bombeiros Municipais de Sardoal. -----
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar e agradecer à empresa a doação.

8. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE SARDOAL 2026 - 7ª EDIÇÃO;

Relativamente ao assunto mencionado em título, foi presente a informação nro 4440/2026, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Considerando a atuação do Município em anos anteriores, pretende-se, nos mesmos moldes, dar início à 7.ª edição do “Orçamento Participativo de Sardoal” (2026).

Nos termos do Regulamento Municipal aplicável (n.º 629/2020, de 31 de julho) compete ao Presidente da Câmara Municipal:

·Designar o funcionário que intervirá nas diversas fases do ciclo de deliberação e definição desta edição do OP2026, conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º;

·Nomear a equipa técnica de coordenação desta edição, a qual deverá ser composta por 3 ou 5 elementos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º;

·Submeter a aprovação o Normativo aplicável à presente edição do Orçamento Participativo, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º.

Mais se informa que, sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e uma vez assegurado o cumprimento dos pontos acima referidos, compete ao Executivo Municipal deliberar sobre a respetiva aprovação, nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 8.º do referido Regulamento.” -----

A Senhora Vereadora Joana Ramos prestou informações sobre o assunto. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara de indicar a Dra. Isabel Pereira, como funcionária que irá intervir nas diversas fases do ciclo de deliberação e definição desta, bem como a nomeação do Dr. Nelson Alves, Arq. Renato Bexiga e Dr. Paulo Sousa, para a equipa técnica de coordenação. -----

Deliberou ainda, por unanimidade, aprovar o Normativo aplicável à presente edição do Orçamento Participativo, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º. -----

9. APOIO A ASSOCIAÇÕES NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DA SEMANA SANTA – 2026;

Foi presente a informação nro. 5613/ 2026, relativa ao assunto mencionado em título e cujo teor é o seguinte: -----

“Considerando que:

- celebração da Semana Santa constitui uma manifestação de relevante interesse cultural, religioso e turístico para o concelho, contribuindo para a dinamização da comunidade local e para a valorização das tradições locais;

- o papel ativo das associações locais na organização e promoção de iniciativas integradas neste período, nomeadamente ao nível de recriações históricas, manifestações culturais e atividades de envolvimento comunitário;

- o Município tem vindo a apoiar o movimento associativo, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento social, cultural e económico do território;

Propõe-se a atribuição de apoio às seguintes associações, em reconhecimento das atividades desenvolvidas no âmbito da Semana Santa 2026:

- GETAS – Grupo Experimental de Teatro Amador de Sardoal, no valor de 500,00 €, para apoio à realização da peça de teatro “A Paixão de Cristo”, iniciativa de relevante interesse cultural e comunitário, amplamente participada e integrada na programação da Semana Santa;

- APEEAES – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoal, no valor de 250,00 €, para apoio à realização do “Mercado da Páscoa”, iniciativa que promove o envolvimento da comunidade educativa e a dinamização local.

O referido apoio financeiro tem enquadramento ao abrigo do RMAS (regulamento municipal de apoio ao associativismo)”-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir o apoio financeiro, de acordo com a informação prestada. -----

10. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2025 – APROVAÇÃO;

No âmbito do assunto mencionado em título foi apresentada a informação nro 6052/2026, cujo teor é o seguinte: -----

“Em cumprimento do disposto na alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, que se anexam, referentes ao exercício de 2025, para que sejam posteriormente submetidos à apreciação do órgão deliberativo na sessão ordinária de Abril, conforme estipula o nº 2 do artº 27º do mesmo diploma.”-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, bem como submeter o documento à apreciação da Assembleia Municipal. -----

11. PROPOSTA DA CONTA GERÊNCIA DO ANO DE 2025;

Relativamente ao assunto supramencionado, foi apresentada a infirmação nro. 6100/2026, cujo teor a seguir se transcreve: -----

"(...)

*Dando seguimento ao estipulado e nos termos do disposto na al. l) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, junto se remete, para **aprovação** da Câmara Municipal e posterior envio à Assembleia Municipal para **apreciação e votação**, documentos de Prestação de Contas do Exercício 2025, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, e que englobam:*

- Relatório de Gestão;*
- Demonstrações Financeiras: Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa, Alterações ao Património Líquido, Mapa de Empréstimos e Anexo à DF;*
- Demonstrações Orçamentais; Demonstração do Desempenho Orçamental, Execução Orçamental da Receita e da Despesa, Execução do PPI e PAM, Dívidas a Terceiros e Anexo à DO;*
- Documentos de Suporte.*

(...)

Nos termos do nº 3 do artº 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei nº 22/2015, de 17 de março, integram o relatório e contas as declarações referidas nas als. a) e b) do nº 1 do referido artº 15º, pelo que as mesmas foram incluídas nos documentos de prestação de contas agora apresentados.

Em cumprimento do disposto no nº 3 do artº 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, segue em anexo Certificação Legal e Parecer sobre as contas, elaborados pelo revisor oficial de contas (trata-se de versão draft)". -----

O Senhor Presidente iniciou a apresentação da proposta da conta de gerência relativa ao ano de 2025, começando por agradecer o trabalho desenvolvido pela divisão administrativa e financeira, liderada pelo Dr. Nelson Alves, na preparação do documento. Em termos gerais, destacou os principais indicadores: uma taxa de execução da receita de 91% e da despesa de 84%, um resultado líquido negativo na ordem dos 547 mil euros, e um aumento da dívida total em cerca de 186 mil euros. Esclareceu que este aumento resulta de um crescimento da dívida de médio e longo prazo, parcialmente compensado

pela diminuição da dívida de curto prazo. Referiu ainda a inexistência de pagamentos em atraso superiores a 90 dias e um prazo médio de pagamento fixado nos 44 dias. Sublinhou que o documento reflete maioritariamente a ação do executivo anterior, dado que o atual esteve em funções apenas durante uma pequena parte do período em análise. -----

De seguida, o Senhor Vereador Pedro Duque tomou a palavra, enquadrando o documento como o reflexo das decisões e prioridades assumidas até outubro de 2025. Apresentou um conjunto alargado de questões, tanto de natureza técnica como política. Questionou a redução significativa do prazo médio de pagamentos, passando de cerca de 80 dias para 44 dias, procurando compreender as razões dessa evolução. Levantou também dúvidas quanto à execução das receitas de propriedade, que, apesar de orçadas em valores elevados, apresentam uma concretização muito reduzida, situação que se tem repetido em anos anteriores. -----

Referiu as receitas próprias do município, cuja percentagem no total das receitas desceu de 12% para 8%, o que, na sua perspetiva, evidencia uma crescente dependência das transferências do Estado. Acrescentou que uma parte significativa dessas receitas resulta de impostos cuja cobrança não depende diretamente do município, o que reduz ainda mais a autonomia financeira efetiva. No domínio da despesa, destacou o aumento expressivo dos encargos com pessoal, que atingiram um valor recorde e representam uma fatia muito significativa das despesas correntes e totais, considerando este aspeto motivo de preocupação. -----

O Senhor Vereador abordou ainda a questão dos recursos humanos, sublinhando que o município apresenta um rácio de funcionários por habitante muito superior à média nacional. Defendeu que poderão existir situações de excesso de pessoal em determinados serviços, apontando exemplos como o setor educativo ou a biblioteca, ao mesmo tempo que reconheceu carências noutras áreas operacionais. Considerou que, ao longo dos anos, poderá ter existido alguma falta de planeamento na contratação, lembrando que cada vínculo representa um compromisso de longo prazo. Apesar disso, reconheceu tratar-se de uma opção política, ainda que insista na necessidade de maior racionalização. -----

Em resposta, o Senhor Presidente procurou contextualizar estas críticas, defendendo que o número de funcionários resulta das opções do município no sentido de garantir um serviço público de qualidade. Destacou, em particular, o impacto das novas competências assumidas, sobretudo na área da educação, onde existem exigências legais específicas, como o acompanhamento individualizado de alunos com necessidades especiais, bem

como a necessidade de assegurar horários alargados. Referiu ainda o funcionamento de serviços como a biblioteca, que, pelas suas características, exige um número mínimo de trabalhadores para garantir o seu funcionamento contínuo. Admitiu, contudo, que existem desafios, nomeadamente ao nível do envelhecimento do quadro de pessoal e da necessidade de planear substituições futuras. -----

Interveio o Chefe de Divisão para esclarecer as questões de natureza técnica. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, explicou que o seu cálculo assenta numa fórmula específica que considera apenas determinados tipos de dívida e despesas, sendo a sua redução explicada pela diminuição da dívida de curto prazo e pelo aumento do investimento, nomeadamente com a entrada em funcionamento da biblioteca. Quanto às receitas de propriedade, esclareceu que incluem valores significativos associados à barragem da Lapa, que, embora inscritos no orçamento, não têm sido efetivamente recebidos, o que justifica a baixa taxa de execução. -----

No que respeita às receitas próprias, indicou que estas aumentaram em termos absolutos, sendo a redução percentual explicada pelo crescimento do volume global de receitas. Sobre a diminuição de despesas em áreas como as refeições escolares, apontou como causa a realização de novos concursos públicos que permitiram obter preços mais baixos. Já a redução dos encargos com instalações foi atribuída a variações no volume de pagamentos entre anos, relacionadas com a gestão da dívida. Esclareceu ainda que algumas rubricas, como a designada “resto do mundo”, correspondem a fundos comunitários, e que o aumento das transferências e subsídios inclui, entre outros fatores, apoios a freguesias e ajustamentos contabilísticos associados a investimentos financiados por fundos europeus. -----

Em síntese, o debate centrou-se essencialmente em duas dimensões: por um lado, a sustentabilidade financeira do município, marcada por um resultado líquido negativo, elevado peso das despesas com pessoal e crescente dependência de transferências externas; por outro, a gestão dos recursos humanos, onde se confrontam duas perspetivas distintas — uma que valoriza a necessidade de garantir serviços de qualidade e outra que alerta para possíveis excessos e para a necessidade de maior eficiência. As questões técnicas levantadas foram, em geral, justificadas com base em critérios contabilísticos, previsões orçamentais não concretizadas e alterações nos procedimentos de contratação e pagamento. -----

No decurso da análise, foi inicialmente abordada uma questão de natureza contabilística relacionada com o tratamento de determinados investimentos e financiamentos, nomeadamente no âmbito das normas em vigor. Foi explicado que, de acordo com o

critério atualmente aplicado, os gastos e respetivos rendimentos devem ser reconhecidos anualmente, em função do princípio da especialização, ao invés de serem apenas apurados no final das obras. Ainda que tenha sido manifestada a opinião de que seria mais intuitivo proceder ao acerto apenas no término de cada projeto, reconheceu-se que o método adotado segue os princípios contabilísticos estabelecidos. -----

De seguida, foram analisados diversos indicadores financeiros, com destaque para os rácios de liquidez, evidenciando-se que o município apresenta uma liquidez inferior à unidade, situação que tem sido recorrente e que merece atenção. Foi igualmente sublinhado o incumprimento do equilíbrio orçamental, com um desequilíbrio que ultrapassa significativamente o limite de referência de 5%, atingindo cerca de 750 mil euros, o que revela um problema de natureza estrutural e não meramente pontual, apesar de ligeiras melhorias face a anos anteriores. -----

No plano político, foi levantada a questão dos constrangimentos identificados no relatório quanto ao normal funcionamento de alguns serviços municipais, questionando-se quais as áreas que poderiam ser objeto de eventual contenção. O Senhor Presidente esclareceu que não está disponível para comprometer funções essenciais, nomeadamente nas áreas da ação social e da educação, admitindo apenas eventuais ajustes em domínios como o lazer ou a cultura, sem desvalorizar a sua importância para a qualidade de vida da população. -----

Relativamente aos projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi reconhecida a existência de incertezas quanto à sua execução, nomeadamente no cumprimento dos prazos e na eventual necessidade de devolução de verbas. Foi explicado que algumas obras, como a creche municipal, poderão não estar concluídas dentro do prazo inicialmente previsto, sendo ainda incerto o enquadramento futuro destas situações. Foram igualmente referidas possíveis reprogramações e novas oportunidades de financiamento, especialmente na área da habitação e investimentos sociais. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Miguel Alves, apresentando uma análise detalhada da prestação de contas, destacando vários aspetos que considera preocupantes. Entre estes, salientou o resultado líquido negativo de cerca de 547 mil euros, a elevada dependência de transferências externas (73% das receitas) e o reduzido peso das receitas próprias (8%). Chamou ainda a atenção para o elevado peso das despesas com pessoal, que representam cerca de 65% da despesa corrente, bem como para a execução incompleta do investimento previsto e a recorrente sobreorçamentação da receita. ----- Foi igualmente referida a existência de recurso crescente ao endividamento, assumido no

próprio relatório, bem como o incumprimento do equilíbrio orçamental, considerado um sinal relevante de instabilidade financeira. No domínio dos recursos humanos, destacou o envelhecimento do quadro de pessoal e alertou para o risco de redução da capacidade operacional no futuro. Criticou ainda o reduzido investimento em formação, sobretudo para assistentes técnicos e operacionais, onde se verificam níveis muito baixos de horas de formação por trabalhador. -----

Questionou ainda sobre determinadas rubricas, nomeadamente o aumento significativo de suplementos remuneratórios, a redução da despesa com combustíveis e a ausência de determinadas divulgações previstas na norma contabilística NCP 27. -----

O Senhor Presidente procurou contextualizar algumas das questões, explicando que a execução orçamental pode ser condicionada por fatores externos, como concursos públicos que ficam desertos, não refletindo necessariamente incapacidade de execução. Relativamente à formação, afirmou que não existe restrição ao acesso e que têm sido promovidas diversas ações, ainda que nem todas sejam formalmente registadas. -----

O Chefe de Divisão esclareceu os aspetos técnicos, explicando que muitas das variações observadas resultam da diferença entre a ótica orçamental (pagamentos efetivos) e a ótica patrimonial (gastos reais). No caso dos combustíveis, indicou que, apesar de os pagamentos terem sido inferiores, o consumo efetivo até aumentou ligeiramente, sendo a diferença explicada por variações nos pagamentos entre anos e pela redução da dívida em períodos anteriores. -----

Quanto à NCP 27, esclareceu que se trata da norma relativa à contabilidade de gestão, cuja implementação ainda não está completa devido a limitações técnicas do sistema informático, o que impede uma imputação rigorosa dos custos por atividade. Relativamente ao aumento dos suplementos, explicou que decorre de alterações legislativas aplicáveis aos bombeiros, que implicaram aumentos salariais e a introdução de novos suplementos. -----

No que concerne às ações de formação, referiu que algumas não são contabilizadas por não serem certificadas formalmente, o que poderá justificar a discrepância nos dados apresentados, admitindo-se a necessidade de alterar os mecanismos de registo. -----

A Câmara Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta da Conta de Gerência do ano de 2025, com dois votos a favor (PSD), tendo o Senhor Presidente usado do seu voto de qualidade, e dois votos contra (PS) e, submeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram uma declaração de voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Prestação de Contas de 2025

Como havíamos alertado e antecipado na Análise intercalar efetuada ao fim do 1º Semestre de 2025, a situação económico-financeira do Município de Sardoal, continuou a trajetória dos últimos exercícios económicos e com claro impacto no dia a dia da gestão do Município onde cada vez é mais indifarável a falta de liquidez financeira para suportar, muitas das vezes os mais elementares encargos quotidianos.

Desde cedo se percebeu que a situação económico-financeira do Município continuava a sua trajetória descendente quanto à sua sustentabilidade, não obstante algumas ligeiras e pontuais melhorias e determinadas rúbricas.

Tal como demos ênfase na discussão e aprovação da Prestação de Contas de 2025 destacam-se negativamente alguns dados, tais como:

- Um Resultado Líquido Negativo na ordem dos 547.000€ enquanto que em 2024 foi 329.921,00€ ;

- Despesas com pessoal representam agora cerca de 65% da Despesa Corrente e 54% da Despesa Total (registando um aumento de 11% face a 2024).

- As Receitas próprias representam já um valor inferior a 8% (12% em 2024) do total da receita, sendo que mais de 55% deste valor é respeitante a impostos indiretos que são cobrados pelo estado (IRS, IMI, IMT, IUC e Derrama) ou seja 1.033.000 sendo 588.000 de Impostos.

Desta forma, aliás como se verificou em 2024, constata-se que o Município dispõe de 7,7 M€ de receita anual, e tem um total de encargos anuais fixos de pelo menos 8M€, sendo que 5,050M€ são relativos a gastos com o pessoal, 1,770M€ relativos a Aquisição de Bens e Serviços, 0,8 relativos a Transferências Correntes e 0,2M€ relativos a encargos com a banca.

Como se pode verificar, a liquidez financeira anual do município é praticamente nula, com impacto evidente na qualidade dos serviços e valências que deveriam ter sido prestados aos Municípios.

A dívida de curto prazo continua na ordem dos 1,1M€.

O Município continua a enquadrar-se em situação de desequilíbrio orçamental e neste caso apresenta um saldo de desequilíbrio orçamental superior ao dobro limite de 5% permitido por lei.

A gravidade desta situação adensa-se perante a obrigatoriedade da compensação destes valores no ano imediatamente seguinte.

Continuamos a ser dos Concelhos do país com menor índice de rendimento per capita, com menores rácios de criação de riqueza ao mesmo tempo que somos dos concelhos

mais envelhecidos e onde menos se nasce, não obstante dispormos de condições ímpares de habitabilidade quer em termos geográficos, quer em termos meteorológicos. Por outro lado, 2025 foi mais um ano em que questões urgentes e estruturais como o aproveitamento da Barragem da Lapa, a recuperação da Casa dos Almeidas, a Revisão do P.D.M. com a conseqüente possibilidade da expansão dos espaços urbanizáveis e industrializáveis, fulcrais na captação e fixação de residentes no Concelho de Sardoal, não viram a sua situação resolvida, nem se vislumbrou qualquer evolução significativa nesse sentido.

Em face do exposto, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Pedro Duque e Miguel Alves, votam contra a aprovação dos documentos relativos à prestação de contas do exercício de 2025.

Sardoal, 22 de abril de 2026” -----

Considerando a urgência na aprovação dos documentos e, de acordo com nº 3 do artigo 20º do Regimento e, o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, as deliberações tomadas. -----

Encerramento

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta e cinco minutos, do que para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Anabela Graça, Técnica Superior de Secretariado, da Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino. -----
